

A inserção da Guiné-Bissau no modelo democrático: uma análise sobre as sucessivas crises políticas institucionais (1991-2023)

Jeilson Djassi

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo debater a inserção da Guiné-Bissau no modelo democrático, considerando o contexto de sua implementação, assim como as causas e consequências das sucessivas crises político-institucionais (1991-2023). O recorte temporal deste artigo justifica-se por dois motivos: em 1991, ocorreu a adesão ao modelo democrático na Guiné-Bissau e, em 2023, realizaram-se as últimas eleições legislativas no país. De acordo com os resultados divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), a Plataforma de Aliança Inclusiva (PAI) "Terra Ranka" foi considerada vencedora, com 54 mandatos. Porém, alguns meses após a investidura dos deputados e a formação do governo – ou seja, em menos de cinco meses –, o Presidente da República dissolveu a Assembleia Nacional Popular (ANP), violando o artigo 94, número 1¹, da Constituição da República da Guiné-Bissau, o que resultou, consequentemente, na queda do governo, sob a justificativa de corrupção e tentativa de golpe de Estado.

A título de contextualização, convém apresentar breves dados geográficos e sociodemográficos da República da Guiné-Bissau. Situada na costa oeste do continente africano, a Guiné-Bissau possui uma extensão territorial de 36.125 km². De acordo com dados do Banco Mundial (2024), o país tem uma população estimada em aproximadamente 1,9 milhão de habitantes, caracterizada por uma ampla diversidade étnica, linguística e religiosa. Segundo Candé Monteiro (2013, p. 93),

o país integra ainda cerca de quarenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais de Geba, Bolama e Canhabaque, além dos territórios continentais, que compreendem oito regiões: Bolama, Bafatá, Gabú, Cacheu, Biombo, Oio, Quinara e Tombali, mais o setor autônomo de Bissau que é a capital. O clima é quente e úmido, caracterizado como subguineano. Trata-se de um clima favorável para a prática de agricultura e pesca, que constituem as principais fontes de subsistência para a população.

A Guiné-Bissau é um país multiétnico, ou seja, é composta por diversos grupos étnicos, sendo que cada um possui sua própria língua, cultura e costumes. Segundo Pereira (2021), a Guiné-Bissau é um mosaico de etnias e culturas, com línguas, costumes e tradições bastante distintas, que alternam períodos de convivência pacífica com guerras, muitas vezes motivadas pela luta por espaços de afirmação e reconhecimento da identidade e soberania de cada grupo étnico.

¹ "A Assembleia Nacional Popular não pode ser dissolvida nos 12 meses posteriores à eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou de emergência" (Guiné-Bissau, 1996).

Figura 1 - Mapa político da República da Guiné-Bissau



Fonte: Rotas de Viagem²

O país tem o português como língua oficial e o crioulo como língua veicular, por outras palavras, é a língua mais falada entre os guineenses. Tal como outros países africanos, a Guiné-Bissau foi colonizada por Portugal e, segundo a literatura, foi o primeiro país africano de língua portuguesa a conquistar a sua independência³, em 1973⁴. Conforme Araújo (2012), o país possui uma herança cultural bastante rica e diversificada. Esta riqueza assentada na diversidade étnica permitiu que a Guiné-Bissau tivesse manifestações artísticas multiculturais, tendo em conta os variados usos e costumes. A cultura guineense se enriqueceu em virtude das diferentes matrizes étnicas nas quais se manifestam diversas e múltiplas (mais de 20) expressões linguísticas, danças, expressões artísticas, escultura de madeira, prata, bronze, olarias, tecelagem, muitos estilos musicais com instrumentos tradicionais como Tambur (tambor), Kora, Balafon etc.

Assim como em outras partes do continente africano, o século XV, o ano de 1446 assinala a chegada dos portugueses no território que viria mais tarde a ser chamado de Guiné-Bissau, pois o acesso à costa da Guiné, ou seja, à Senegâmbia, deu-se por meio da rota instituída pelo navegador Álvaro Fernandes. (Candé Monteiro, 2011). Após o processo da “descolonização” e da independência, o

² Disponível em: <<https://rotasdeviagem.com.br/guine-bissau-bandeira-mapa/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

³ A luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau teve a duração de dez (10) anos, e foi liderado pelo Engenheiro Amílcar Cabral.

⁴ Assista ao vídeo sobre a Proclamação da Independência, disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=g-YPfEpn_g4>.

continente africano, principalmente, a Guiné-Bissau acabou por entrar no modelo democrático, mas que até então não trouxe um bom êxito para a sua população (Anós Té; Candé Monteiro, 2020).

Desde a sua adesão ao multipartidarismo, ou ainda, alguns anos antes da sua inserção ao modelo democrático, até os dias atuais, o país tem enfrentado graves problemas no processo de desenvolvimento e de estabilidade governativa. Para Teixeira (2020, p. 1), “o golpe de Estado de 1980 assinala melhor o quadro de sucessivos conflitos que a Guiné-Bissau viria a conhecer no pós-independência caracterizado por diversas razões”. A ruptura constitucional de 1980 marca o começo de uma era de instabilidade política na Guiné-Bissau depois da independência e, no decorrer dos anos, este país tem vivido sob as ondas de instabilidades políticas e golpes de Estado, ou melhor, o país vive mergulhado numa instabilidade política ao longo de vários anos.

O golpe de Estado, por se tratar de um ato ilegal e inconstitucional, tende a gerar instabilidade governativa e a fragilizar as instituições do Estado, uma vez que compromete a legalidade e o funcionamento regular do país. “Obviamente, o conceito de ‘golpe de Estado’, como qualquer outro conceito, não é estático e pode ser modificado ao longo do tempo em cotejo com processos sociais e políticos verificáveis” (Napolitano, 2019, p. 397). Assim, “contemporaneamente, golpe de Estado pode ser entendido como “um fenômeno político de caráter excepcional, radical e, na maioria dos casos, violento”, constituindo-se em “uma ação liderada por políticos que atuam dentro do aparelho do Estado” (Ferreira; Numeriano, 1993, p. 9 apud Silva, 2020, p. 132).

Originalmente, o conceito de golpe de Estado designava ações de exceção executadas pelo soberano. Com o surgimento do constitucionalismo, o conceito passou a abarcar também situações de mudança do governo ocorridas com a violação da Constituição vigente, e praticada pelos próprios detentores do poder político, geralmente com violência. E, por último, o golpe militar (Silva Filho, 2018). A partir dessas citações, é possível compreender que o golpe de Estado não é um fenômeno recente e que sua definição não é fixa, sendo moldada ao longo do tempo conforme os contextos sociais e políticos.

Nesse sentido, para demonstrar como conflitos políticos internos podem incentivar mudanças no regime político, é importante realçar o caso do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Conforme Teixeira (2008), o conflito político no seio do PAIGC, quanto à forma de governar o país e a divisão do poder, possibilitou a emergência, ainda incipiente, de novas organizações políticas da sociedade civil que defendiam a queda do regime autoritário e a adoção do modelo pluripartidário, acabando com o controle político do PAIGC nos finais dos anos 1980. Ainda, o autor realça que, em 1990, se deu o início ao processo de liberalização do regime, reforçado pelo aparecimento de novas formações políticas em 1991, no qual participaram 15 partidos políticos.

Esse processo pode ser compreendido à luz do conceito de “onda de democratização”, definido por Huntington (1996 apud Queiroz, 2017, p. 25) como “um determinado período de tempo no qual a quantidade de democracias ultrapassa de forma expressiva o número de autocracias”. Em outras palavras, a onda de democratização refere-se a um período em que ocorre uma transição política significativa, assinalada pelo aumento expressivo no número de democracias em comparação às autocracias, com diversos países abandonando regimes autoritários e adotando regimes democráticos. Nesse sentido, Arturi (2001, p. 17) observa que “o início da liberalização política acontece quando os

dirigentes de um regime declaram a intenção de promover sua liberalização e são acreditados pelos principais atores políticos". Em virtude disso, Schneider e Schmitter (2004, p. 2) afirmam que:

Nem o processo de liberalização nem o de consolidação têm sido consistentemente conceituados, muito menos operacionalizados, na literatura sobre democratização. Ambos têm sido utilizados com bastante frequência (e de forma controversa), mas quase sempre de maneira errática – até mesmo pelo mesmo autor na mesma obra. Além disso, o indicador empírico mais frequentemente utilizado em análises quantitativas, o Índice da Freedom House, é seriamente deficiente e distorcido, especialmente quando usado para medir variações entre regiões ou ao longo do tempo no mesmo país.

Dito de outra forma, os autores apontam que tanto a liberalização quanto a consolidação democrática carecem de definições claras e critérios consistentes de aplicação na literatura, sendo frequentemente utilizadas de maneira inconsistente e contraditória – inclusive por um mesmo autor. Além disso, criticam o uso do Índice da Freedom House como indicador empírico, por considerá-lo inadequado para medir variações regionais ou temporais.

Retomando o debate em torno da adesão da Guiné-Bissau ao multipartidarismo, Anós Té (2023) destaca que, embora as eleições multipartidárias tenham sido realizadas em 1994, o país não conseguiu lançar as bases para a consolidação da democracia, porque, nos anos posteriores, persistiram as antigas práticas de perseguições, golpes de Estado e assassinatos. Aliás, as instituições e as práticas democráticas na Guiné-Bissau ainda não estão acuradamente implementadas. Ainda, o autor afirma que, na Guiné-Bissau, pode-se afirmar que as contínuas instabilidades, golpes de estado e derrubes constantes de governos eleitos democraticamente, são típicos exemplos de manipulação das instituições estatais para derrubar os governos ou dissolver a Assembleia Nacional Popular.

M'bunde (2017) sublinha que a recorrente interrupção da democracia num país pode acontecer por uma multiplicidade de fatores causais, sendo que esses fatores podem ter gênese fora do sistema partidário, como também podem acontecer do próprio ambiente intra e interpartidário. Conforme esse autor, é possível compreender que na Guiné-Bissau as interrupções da democracia são desencadeadas tanto dentro da Assembleia Nacional Popular, assim como fora deste hemiciclo, por meio de um grupo de pessoas (políticos e militares) alinhados à conveniência do presidente da República no sentido de criar falsas crises, pondo em causa à vontade popular.

Após sucessivos fracassos e recuos no processo democrático, assinalados principalmente por crises político-militares e institucionais, a partir de 2012 começaram a surgir movimentos ativistas com o objetivo de procurar influenciar o funcionamento da democracia (Semedo, 2020). O surgimento desses movimentos tem suscitado diversas manifestações nas ruas da capital, reivindicando e/ou contestando o estado das coisas e os modus operandi dos atores políticos na Guiné-Bissau.

Portanto, com exceção da introdução e das considerações finais, o presente artigo está dividido em duas seções. Na primeira, abordou-se a transição democrática, com ênfase no debate sobre o estado da democracia na Guiné-Bissau; na segunda e última seção, discutiu-se as sucessivas crises políticas e institucionais no país e suas implicações no processo de consolidação da democracia.

2 Transição democrática: um debate sobre o estado da democracia na Guiné-Bissau

Esta seção trata da transição democrática na Guiné-Bissau, com destaque para a análise do estado atual da democracia no país. Segundo Ribeiro (2001), a palavra democracia vem do grego (*demos*, povo; *kratos*, poder) e quer dizer, poder do povo. Ainda, o autor salienta que, não significa governo pelo povo. Pode estar no governo um só indivíduo, ou um grupo, e ainda tratar-se de uma democracia – desde que o poder, em última análise, seja do povo. O essencial é que o povo escolha o indivíduo ou grupo que governa, e que controle como ele governa (Ribeiro, 2001).

Segundo Huntington (1994), a concepção de democracia como forma de governo remonta aos filósofos gregos. Seu uso moderno, no entanto, data dos levantes revolucionários na sociedade ocidental no final do século XVIII. Ainda, o autor afirma que, como forma de governo, a democracia foi definida em termos de fontes de autoridade do governo e métodos para a composição do governo (Huntington, 1994).

Na Guiné-Bissau, as reformas econômicas liberais antecederam à abertura política, que por sua vez deu o início à transição do autoritarismo de partido único para a democracia multipartidária, que, em termos comparativos ao processo de transição cabo-verdiana, pode ser qualificado como um caso não bem-sucedido (Pinto, 2019). Esse processo da transição democrática na Guiné-Bissau foi caracterizado, por um lado, pela ausência de uma ruptura política e institucional com procedimentos que caracterizaram a era do partido único e, por outro, seguido por recessão econômica no plano interno e externo, cuja proposta alternativa foi apresentada como medidas de ajustamento estrutural que, na visão do autor, tem implicações nefastas para o processo de estabilidade política e da consolidação do próprio processo da transição (Jauará, 2017 apud Pinto, 2019).

Por seu lado, Candé Monteiro (2013) assegura que, na Guiné-Bissau, o advento do multipartidarismo ressuscitou as velhas manifestações de cunho tribal antes repreendidas por Amílcar Cabral no decorrer da luta de libertação; as distinções étnicas antes vistas como riqueza cultural deste país, hoje estão servindo de recurso de atração de votos para escolher um determinado candidato. Ou seja, conforme a citação, é possível compreender que atualmente, as questões étnicas estão sendo usadas de forma política, pelos partidos políticos e/ou líderes com vista a conquistar votos nas eleições.

Ainda, compreende-se que a abertura política na Guiné-Bissau inaugurou uma nova era na história deste país. O primeiro passo desta abertura política começou-se dentro do PAIGC. Na qualidade de quem conquistou a independência, ele se manteve no poder mais de 20 anos em um regime político de partido único, e que deveria adequar as suas normas estatutárias com a finalidade de se integrar nas regras do jogo democrático e multipartidário (Candé Monteiro, 2013).

De 1980 até 1994, a Guiné-Bissau foi dirigida por um regime ditatorial, comandado pelo então presidente João Bernardo Vieira. O país aderiu ao modelo democrático em 1991, quando se deu a queda do artigo 4 da Constituição da República de 1973, um ato que marcou, de certa forma, uma nova era da política guineense, ou seja, o país saiu da era do partido único, na altura o PAIGC, para o multipartidarismo. Segundo Candé Monteiro (2013, p. 244):

Em janeiro de 1990, o Presidente da República João Bernardo Vieira (Nino Vieira) anunciou a constituição de duas comissões encarregadas de fazer uma revisão de programa, de estatutos

do PAIGC e de leis referentes à propriedade da terra. Também foi realizada a Primeira Conferência de Quadros do PAIGC, em outubro de 1990, onde surgiram as primeiras tendências dentro do partido que comungavam com a ideia do multipartidarismo.

A subversão da norma constitucional consumada em golpe de Estado, autodenominado de Movimento Reajustar de 14 de novembro de 1980, comandado pelo General João Bernardo Vieira, então Primeiro Ministro. Afirma-se que foi uma ação atentatória contra a ordem política vigente à época, provocando uma profunda crise e o consequente afastamento entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, que outrora se uniu pela luta armada que terminou com a independência de dois Estados. Os elementos invocados no momento pelos golpistas foram os supostos privilégios que os cidadãos originários de Cabo Verde usufruíam desde a luta de libertação até os primeiros anos da governação (Sá; Martinez, 2023). Os autores sustentam ainda que, com essa ruptura constitucional, o Movimento Reajustador de 14 de novembro de 1980⁵ impossibilitou a continuação do processo da revisão de uma nova Constituição que havia começado no ano de 1976 (Sá; Martinez, 2023). Segundo Novais (1996 apud Sá; Martinez, 2023), essa nova Constituição deveria ser aprovada pela ANP até 10 de novembro de 1980, e em seguida, aprovada a Lei de Trânsito Constitucional, nos termos da nova Constituição que entraria em vigor no dia 1º de janeiro de 1981, mantendo-se ainda a vigência da Constituição de 1973.

Para Anós Té (2023), o Movimento Reajustador foi constituído pela ala bissau-guineense com a intenção de reajustar as “contas” dentro do PAIGC. Entre novembro de 1980 e maio de 1984, o país foi governado pelo Conselho de Revolução e por um governo formado provisoriamente. O movimento revoltou contra a presidência do Luís de Almeida Cabral, por compreender que as pessoas que administravam o país eram os cabo-verdianos. Por isso os protagonistas desse golpe entenderam que havia a necessidade de fazer um golpe para depois ajustar as contas no partido.

Na sequência do golpe de 1980, a Assembleia Nacional Popular (ANP) foi dissolvida por João Bernardo Vieira. O Conselho de Revolução assumiu integralmente a função do Conselho do Estado e João Bernardo Vieira assumiu as funções de Chefe do Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Republicanas do Povo (Anós Té, 2023). Esse golpe de Estado marcou uma nova era na história política da Guiné-Bissau. O país passou a ser governado por um regime resultante de uma ruptura constitucional e permaneceu sob esse regime até a realização das primeiras eleições democráticas em 1994.

Segundo Pereira (2021), popularmente descrito como o regime em que o poder e o governo pertencem a todos os cidadãos, a democracia converteu-se nos tempos atuais numa espécie de código para a escolha objetiva da representação, da salvaguarda das liberdades civis e direitos políticos e, do atendimento das aspirações dos povos. Apesar disso, mesmo reunindo atributos geral e globalmente considerados muito positivos, e registrar uma forte adesão da maioria das sociedades, o modelo

⁵ Este golpe de Estado resultou na separação entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, que até 1980 formavam um único Estado. Ou seja, após a chegada do colonizador português no território que hoje é denominado Guiné-Bissau, os dois países uniram forças para combater a ocupação e alcançar a independência política. Após a independência, a Guiné-Bissau foi dirigida por Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral, idealizador da luta pela independência, que foi assassinado em 20 de janeiro de 1973, na Guiné-Conacri, meses antes da proclamação da independência. Vale destacar que o golpe de 1980 foi desencadeado por um grupo de guineenses do PAIGC, que se sentiram revoltados com a presença massiva de cabo-verdianos nos altos cargos administrativos do país, em detrimento dos guineenses. Ou seja, “o golpe foi interpretado pelos velhos combatentes guineenses do PAIGC como uma forma de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos” (Teixeira, 2008, p. 22).

democrático está longe de ser consensual, podendo mesmo se assegurar que, à entrada para o século XXI, passou a dar sinais de forte desgaste e da perda de apoios e mesmo de determinados elementos de qualidade, até em geografias onde já era tido como consolidado.

Ressalta-se que, com o acordo de liberalização democrática, os partidos únicos de diversos países do continente africano deram início ao difícil trabalho de promover a abertura política, a partir dos anos 1990. Os partidos tanto no poder quanto de oposição, que se multiplicaram após a liberalização política, não tinham experiências organizacionais necessárias, nos moldes democráticos e muito menos uma compreensão do complexo processo democrático. Se, de um lado a abertura democrática provocou a queda do monopartidarismo em grande parte da África, por outro abriu espaço para a propagação dos partidos políticos, muitos deles sem mínimas estruturas de funcionamento, o que dificultou a regularidade e a operacionalidade de suas atividades, restando-lhes a época eleitoral como o período privilegiado de suas ações. Com o propósito de garantir a imparcialidade e o bom andamento dos processos eleitorais, lançou-se mão dos observadores internacionais para amparar no referido processo, cabendo-lhes não só a função de fiscalizar, mas também de orientar o procedimento (Bijagó, 2017).

Alguns países africanos enfrentam problemas com a democracia, levando em conta a forma como adotaram esse modelo. Esses países aderiram ao modelo democrático sem realizar uma reflexão e/ou um debate prévio sobre a adequação desse modelo às suas realidades endógenas, já que foi um modelo imposto por pressão externa. Segundo Uali (2024), no final da década 1980, princípios de 1990, os países da África Subsaariana passaram por profundas reformas políticas e econômicas, seguindo um conjunto de programas sociais de corte neoliberal: foram estruturadas instituições políticas democráticas; concretizados avanços em liberdades individuais e coletivas que derivaram na transição democrática, ingressando na classificação de Huntington de terceira onda da democratização.

Conforme Pinto (2019), as mudanças dos regimes que iniciaram no Sul da Europa e que se estenderam à América Latina e em seguida à África, levaram ao término de diferentes formas de ditadura – o salazarismo em Portugal, o franquismo em Espanha, a ditadura dos coronéis na Grécia, os regimes militares em América Latina e os regimes de partido único em boa e grande parte da África. Essas alterações teriam levado ao surgimento das chamadas novas democracias. Com base nesse autor, foi possível compreender que a maioria dos países que adotaram o regime democrático, passaram por regimes de opressão, ou melhor, esses países, antes de aderirem à democracia passaram por regimes autoritários.

Os programas de reforma econômica estavam estancados, o que fez crescer a compreensão da necessidade desses se fazerem acompanhar por reformas políticas. A Comunidade Internacional se interessa por este tópico e mobiliza uma pressão internacional que resulta na revisão constitucional de 9 de maio de 1991 (queda do artigo 4º da Constituição), abrindo assim a possibilidade para criação de outras formações políticas e a convocação das primeiras eleições multipartidárias (Pereira, 2021).

A adesão do país ao multipartidarismo, fruto de pressões externas e internas num contexto da falência do Estado suportado pelas políticas de Ajustamento Estrutural, teve como consequências imediatas a afirmação e o reconhecimento de outros actores sociais coletivos (para além dos partidos políticos) enquanto agentes que participam nas decisões, lutam pela

diminuição das desigualdades sociais, políticas e económicas. Nesta base, considera-se que a acção de alguns sectores da Sociedade Civil (Igreja, Sindicatos, Organizações Não-Governamentais, Órgãos de Comunicação Social, Associações Profissionais e de Base Comunitária) contribuíram de forma decisiva quer para o ensaio à democracia como na promoção do desenvolvimento, no combate às desigualdades sociais e melhoria das condições de vida das populações (Barros, 2012, p. 72).

Ou seja, a inserção da Guiné-Bissau no modelo democrático se deu por meio da imposição de doadores internacionais, nomeadamente, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), através do Programa de Ajustes Estruturais (PAE). Já Caomique (2022) afirma que o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), marcado pela queda do muro de Berlim, foi determinante para essa inversão da ordem. Com o desmoronamento da URSS, alguns líderes africanos, sobretudo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), perderam o tradicional apoio do bloco soviético. Para diminuir a crise econômica e responder às demandas do desenvolvimento, esses países se viram obrigados a solicitar empréstimos nas organizações financeiras internacionais, nomeadamente, BM e FMI, que, por seu turno, passaram a indicar a adoção da economia liberal e do multipartidarismo como condições a serem preenchidas por esses países para terem acesso aos empréstimos.

Esses condicionalismos das organizações internacionais acabaram por não surtir os efeitos desejados, pois não se adequam à realidade endógena desses países. Ademais, percebe-se que os empréstimos solicitados a esses organismos são carregados de taxas de juros muito elevadas, o que acabou gerando problemas econômicos nesses países, resultando em uma grande dívida externa.

Confrontado com a crise de 1980 e queda repentina do suporte vindo da URSS, a Guiné-Bissau recorreu aos organismos internacionais, nomeadamente Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, para solicitar empréstimos e como requisito para a concessão de empréstimo, estavam os seguintes elementos: abertura do mercado para possibilitar a concorrência, a privatização dos estatais, diminuir os gastos nas áreas de educação e saúde, e mais a adoção do multipartidarismo. Encontrando-se numa situação de forte vulnerabilidade externa e atormentada pelos grupos internos contrários às andanças do partido único, a Guiné-Bissau se viu obrigada a aceitar a liberalização do mercado e democratização política. Na década de 1990, iniciou-se um processo de abertura democrática e esse processo culminou na revitalização das autoridades tradicionais e sua aproximação com os partidos políticos. O estabelecimento do multipartidarismo colocou ao PAIGC que, até então, governava num regime partido-único, o desafio de manter a confiança popular e disputar o poder com as novas formações partidárias e atores sociais incluindo a classe econômica, autoridades tradicionais e a sociedade civil. Nessa conjuntura, as zonas rurais e os regulados passaram a constituir reservatórios de apoio político e elementos ativos de caça aos votos (Caomique, 2022, p. 105).

O PAE estabelecido pelos organismos internacionais (BM e FMI) tem gerado um problema não só pela elevada dívida externa da Guiné-Bissau, mas também pelas suas implicações em termos governamentais, que têm sido um grande desafio até o momento. Para Cruz (2007), a abertura comercial foi, do rol de políticas aconselhadas, a que mais rapidamente foi implementada e tinha como propósito incrementar a taxa de crescimento e aumentar as exportações. Esta abertura comercial não teve, contudo, nenhum projeto paralelo que garantisse segurança aos cidadãos nem mecanismos de ajuda aos que potencialmente poderiam vir a ser afetados. O resultado não foi de modo algum

satisfatório, visto que o crescimento das exportações foi inferior às importações com um grande impacto sobre a balança comercial.

Quadro 1 – Políticas e programas adotados na Guiné-Bissau até PAE

Política	Propósito
1977 – Modelo político de centralização da governação	Formação de um setor empresarial de Estado pela estatização das empresas comerciais, industriais, de transportes e serviços financeiros existentes e a criar, optando-se assim por um modelo de política econômica e social onde o Estado assumia um tipo de governação com detenção do papel de dinamizador e de agente executor exclusivo, apoiado no financiamento externo
1983 -1984 – O Programa de Estabilização Econômica (PEE), como quadro de referência para organização e financiamento da atividade econômica do Estado	Definição de um Plano de Investimento Público e de Estabilização da Economia com apoio do FMI e BM. Melhorar a eficiência produtiva, incentivar a produção agrícola e o crescimento econômico através de uma política de reorganização do setor público e o impulso ao setor privado com a liberalização dos circuitos comerciais e econômicos. Concepção de uma política de ajustamento e estabilização com controle nacional.
1987-1992 – O Programa de Ajustamento Estrutural	Reforma do setor público, equilíbrio macroeconômico interno e externo, definir as etapas de crescimento pela liberalização do comércio e preços, definição de estratégias de desenvolvimento para os setores de atividade econômica e o enquadramento institucional.

Fonte: Siga; Lima (2022, p. 25)

9

O Quadro 1 reflete as políticas e programas adotados pelo Estado da Guiné-Bissau ao longo dos anos após a independência do colonialismo. Em outras palavras, depois da independência, a política do país era centralizada e, nos anos subsequentes, nomeadamente a partir de 1983-1984, foram adotadas outras políticas, visando o desenvolvimento sustentável. Contudo, o país não conseguiu superar seus problemas econômicos e, até os dias atuais, vive sob uma elevada dívida externa.

Posto isto, ressalta-se que a terceira onda de democratização no mundo moderno iniciou, implausível e involuntariamente, 25 minutos após meia-noite, numa quinta-feira, 25 de abril, em Lisboa, Portugal, quando uma estação de rádio tocou a música *Grandola Vila Morena*. A transição era um indício de partida para unidades militares nos arredores de Lisboa levarem em frente o plano para um golpe de Estado cautelosamente planejado pelos jovens oficiais que comandavam o Movimento das Forças Armadas (MFA) (Huntington, 1994). Portugal foi um país que viveu sob o regime ditatorial salazarista por um período de 41 anos. Ao longo deste período, verificaram-se as ondas de perseguições e repressões de várias entidades nacionais portuguesas.

Em Portugal nos anos de 1974 e 1975, o movimento em direção à democracia foi dramático, mas não foi o único. Outras agitações democráticas menos óbvias ocorriam em outros lugares. Em 1973, no Brasil, líderes do governo do gal. Emílio Médici, já perto do final, elaboraram planos para uma *distensão*, ou 'descompressão' política, e em 1974, o gal. Ernesto comprometeu seu novo governo com o início do processo de abertura política. Na Espanha, o primeiro-ministro Carlos Arias levou, com cautela, a ditadura de Franco numa direção liberalizadora, enquanto, enquanto o país esperava a morte do ditador. Na Grécia,

aumentavam as tensões no regime dos coronéis, o que acabou por levar à sua queda em meados de 1974 e, no final daquele ano, ao primeiro governo eleito democraticamente na nova onda de transições. Nos 15 anos seguintes, essa onda democrática assumiu um âmbito global; cerca de trinta países passaram do autoritarismo à democracia e pelo menos vinte outros foram afetados pela onda democrática (Huntington, 1994, p. 15).

O autor fez uma espécie de retrospectiva histórica resumida sobre como se deram os processos de transição nesses países e, conforme a citação, foi possível compreender que esses países viviam sob regimes autoritários e, somente a partir da década de 1970, nomeadamente em 1974, é que passaram para o regime democrático. Segundo Barros (2012), a adesão da Guiné-Bissau ao multipartidarismo, fruto de pressões externas e internas num ambiente da falência do Estado suportado pelas políticas de Ajustamento Estrutural, teve como consequências imediatas a afirmação e o reconhecimento de outros atores sociais coletivos (para além dos partidos políticos) enquanto agentes que participam nas decisões, lutam pela redução das desigualdades sociais, políticas e económicas.

Pereira (2021) nos ensina que as primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em junho de 1994 e foram vencidas pelo PAIGC, com maioria absoluta dos votos (60,7%) e 62 deputados, mas o parlamento guineense passa agora a registar a presença de outras cores, como o Movimento Bafatá (dirigentes predominantemente da diáspora e com importantes ajudas de Roma – Comunidade de Sto. Egídio), pela União para a Mudança (UM) composta de ex-dissidentes do PAIGC, pelo PRS (partido de Koumba Yalá, que protagoniza o reagrupamento dos Balantas que se sentiram excluídos do PAIGC), e de pequenos partidos, alguns até vistos como satélites do PAIGC, caso do Partido da Convergência Democrática (PCD), composta predominantemente por jovens com reconhecida qualidade na sua formação acadêmica

Ao aderir ao modelo democrático, esperava-se que a Guiné-Bissau alcançasse a estabilidade, possibilitando, assim, o desenvolvimento nacional tão almejado por todos. Contudo, o que se verificou ao longo dos anos, ou seja, de 1994 até a data presente, foi que o país sempre viveu em momentos de conturbações políticas, provocadas pelos próprios atores políticos, levando em consideração suas conveniências políticas e suas intenções de permanecer no poder.

Na Guiné-Bissau, desde a abertura do multipartidarismo em 1994 até 2019 foram realizadas no total seis eleições presidenciais. No entanto, ao longo deste período de 25 anos, o único presidente que cumpriu os cinco anos de mandatos fixados na Constituição da República Guiné-Bissau (CRGB), foi José Mário Vaz, que também contribuiu em parte com a velha conhecida instabilidade política, com nomeação, em uma única legislatura, de oito Primeiros-ministros (Anós Té; Candé Monteiro, 2020). Ainda, os autores sustentam que, à semelhança das eleições presidenciais, neste mesmo período de 25 anos, foram realizadas sete eleições legislativas, mas nenhum governo terminou seu mandato de quatro anos, de acordo com a CGB. Também nesse período, o país enfrentou uma guerra civil em 1998, contínuos golpes de Estado, assassinatos das figuras políticas e civis do país (Anós Té; Candé Monteiro, 2020).

Entretanto, conforme Pereira (2021), para ser democracia, o regime político de uma sociedade, precisa existir a interação entre o governado e o governante, a partida de uma interdependência funcional e dinâmica. Primeiro, existe um Estado, dirigido por leis e regras aqui designadas de

procedimentos, presta contas aos seus cidadãos, garantindo a todos que as suas liberdades sejam atendidas em igualdade de direitos e circunstâncias, e que eles (os cidadãos), são os únicos juízes da sua satisfação e atendimento.

3 As sucessivas crises políticas institucionais na Guiné-Bissau e suas implicações no processo de consolidação da democracia

A presente seção debate as sucessivas crises políticas e institucionais na Guiné-Bissau e suas implicações no processo de consolidação da democracia. Procurou-se, também, compreender os motivos dessas crises e apontar a possível solução diante das rupturas constitucionais que se verificam no país ao longo dos anos. Após a independência do colonialismo português, em setembro de 1973, a Guiné-Bissau foi governada pelo PAIGC, na era do partido único. No entanto, a partir de 1980, com a concretização do primeiro golpe de Estado pelo Movimento Reajustador, iniciou-se uma nova era na história política e governativa do país, marcada por um viés autoritário e repressivo.

Semedo (2020) assegura que a Guiné-Bissau apenas passou de um sistema opressor (colonialismo) para outro igualmente opressor (ditadura militar), sob os auspícios do PAIGC. Por outras palavras, os dirigentes deste novo poder estavam mais preocupados em manter a sua legitimidade enquanto partido que comandou a conquista da independência do que em criar condições para favorecer espaços de liberdade e de partilha do poder.

Para Mbunde (2017, p. 45):

11

A proliferação de partidos na Guiné-Bissau, resultante da abertura democrática na primeira metade da década de 1990, deu abertura a um contínuo período de recorrentes crises políticas no país, ao longo da primeira década de 2000. Esse quadro político caótico será caracterizado por vários episódios de interrupções do normal funcionamento da vida política e institucional do país. O referido círculo vicioso de instabilidade política é decorrente de golpes de Estado e, sobretudo, de destituições de governos através da criação/fabricação de novas maiorias e minorias parlamentares. Este cenário político, cuja permanência tem comprometido a governabilidade e contribuído muito para a constante ruptura democrática neste país africano de língua oficial portuguesa, pode ser compreendido a partir de causas exógenas ao sistema partidário, como também pode-se buscar elementos no âmbito de relações intra e interpartidárias para explicá-lo.

Ou seja, mesmo após a adoção do multipartidarismo, o país continuou a vivenciar momentos de graves conturbações políticas, perpetradas por atores políticos e, de certa forma, com o apoio da classe militar. Correia (2023) assegura que a sucessiva instabilidade política e governativa no país, causada por contínuos golpes de Estado, está relacionada com o forte militarismo. Conforme o autor, é possível compreender que os golpes de Estado na Guiné-Bissau liderados pelos militares, e a instabilidade política e governativa são os fatores determinantes para o agravamento do processo de desenvolvimento do país.

As frequentes instabilidades políticas e governativas, mais os sucessivos golpes de Estado, têm gerado uma imagem negativa da Guiné-Bissau a nível internacional e criado até o afastamento dos investidores internacionais. A guerra civil de 7 de junho, por exemplo, foi uma guerra que causou muitos danos, aliás, gerou uma consequência drástica na história do país. Conforme Rizzi (2010, p. 24):

Um levante militar chefiado pelo General Ansumane Mane, em junho de 1998, depôs o Presidente Nino (que se exilou em Lisboa) e levou a uma sangrenta guerra civil. É importante ressaltar que essa insurreição, bem como a maior parte dos demais, se originou no descontentamento existente nas Forças Armadas do país, como 'forma de proteção', por parte de seus membros. De 1998 a 1999, mais de 3 mil estrangeiros fugiram do país e a agitação se encerrou apenas em maio de 1999, quando Mané entregou a presidência provisória a Malam Bacai Sanhá (líder do PAIGC), que convocou eleições gerais.

Esse conflito político-militar, além de causar danos para o país em termos de infraestruturas, também resultou na perda de vidas, tanto de políticos quanto de militares. Acredita-se que tenha sido uma das fases mais violentas e sangrentas da história política do país após a independência.

Destaca-se que a maioria das instabilidades e dos conflitos na Guiné-Bissau tem sua gênese nas questões relacionadas ao poder, ou seja, os políticos guineenses estão presos ao poder, a maioria deles não consegue ficar fora dele. Aliás, a política na Guiné-Bissau é um espaço em que a pessoa consegue se tornar rica em um curto período de tempo. É importante notar que a Guerra civil de 7 de junho, ocorreu quatro anos após a presidência de João Bernardo Vieira, presidente eleito nas primeiras eleições multipartidárias do país, em 1994. Isso, de certa forma, demonstra quão frágil é o Estado da Guiné-Bissau e quanto os atores políticos e militares não são capazes de superar os ciclos de conflito ao longo da história deste país.

Segundo Cá (2023), a instabilidade política e institucional é o principal desafio que tem assolado a governação na Guiné-Bissau, tanto na época do partido único como depois da adesão ao liberalismo democrático. O autor ainda ressalta que o processo de governação na Guiné-Bissau tem sido muito difícil devido à instabilidade política que se instaurou durante muitos anos. Ou seja, a governação na Guiné-Bissau tem sido comprometida pelos atores políticos e, em alguns momentos, pela classe castrense, tendo em conta suas conveniências. Igualmente, o tráfico de drogas é uma das questões que se pode identificar como entraves no processo do desenvolvimento do país, como podemos verificar na citação a seguir:

12

O aprofundamento de redes de tráfico de droga, desde 2004, levantou a suspeita da transformação de facções rivais dentro das Forças Armadas em "milícias" a serviço do tráfico internacional. O Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC) afirma que a Guiné-Bissau está se tornando o mais novo Narco-Estado mundial, estimando que aproximadamente 40 toneladas de cocaína transitam pelo território guineense por ano, se confirmado como rota do tráfico internacional, originado na América do Sul com destino na Europa (Bernard, 2009 apud Rizzi, 2010, p. 25).

Nos últimos anos, tem-se verificado o aumento do tráfico de drogas no país, fato que tem gerado preocupação para a sociedade guineense. Sabe-se que a droga é uma substância muito perigosa e tem causado graves problemas sociais, não só na Guiné-Bissau, mas também em outras partes do mundo no qual o tráfico desse tipo de substância é verificado. Conforme Freitas e Silva (2014), o tráfico constitui uma grande ameaça para o desenvolvimento econômico e social na Guiné-Bissau e tem levado a um acréscimo acentuado no uso de drogas ilícitas em seu território.

Os primeiros 20 anos da independência da Guiné-Bissau foram assinalados por climas de tensões políticas/militares dentro do PAIGC. E em diversas ocasiões, esses conflitos resultaram em

torturas, prisões e assassinatos de algumas figuras políticas e militares que integravam as estruturas do poder estatal guineense (Cá, 2023). Esta referência evidencia aquilo que sempre foi a característica do país ao longo da vigência do monopartidarismo e ainda visível até os dias atuais. Segundo Rizzi (2010), a história recente da Guiné-Bissau ajuda a esclarecer sua conjuntura de crise política e institucional contínua. O país nasceu de uma guerra de libertação contra o domínio português, quando o líder da guerrilha Amílcar Cabral formou células revolucionárias sob a égide PAIGC. Para Teixeira (2020), o golpe de Estado de 1980 assinala melhor o quadro de subsequentes conflitos que a Guiné-Bissau viria a conhecer no pós-independência definido por diversas razões.

De forma geral, as sucessivas crises políticas e institucionais começaram com o golpe de estado orquestrado pelo Movimento Reajustador. Uma das questões que se pode destacar nessas crises é o ódio entre os próprios atores políticos e militares, tendo em vista os eventos históricos ocorridos no país, nomeadamente os casos das mortes de algumas figuras públicas ao longo da história da república guineense.

O golpe de 80^[6] seria apenas uma espécie de eclosão dum projeto de Estado e início dum ciclo de instabilidade e conflito permanentes. A Guiné-Bissau do pós-independência e pós-abertura democrática tem inscrito, no seu histórico, uma estatística de levantes, insurgências, espacamentos, etc., que acabaram por transformar o país num Estado de permanente instabilidade por conta dos momentos mais tensos que o país vivenciou desde o golpe de 1980. Foi o caso de 17 de outubro (assassinatos sumários), o golpe militar de 07/06/1998 liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané, então responsável e chefe das forças armadas guineenses (Lopes, 1988 apud Teixeira, 2020, p. 1-2).

13

A história política da Guiné-Bissau é marcada por momentos sombrios, caracterizados por golpes de Estado e contínua instabilidade governativa. Estes momentos têm, de certa forma, impactado de maneira negativa na vida política, econômica e social deste país. Segundo o relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), de 2010 a 2012, com a realização das eleições presidenciais antecipadas em 2009, devido ao assassinato do Presidente João Bernardo Vieira, nas quais Malam Bacai Sanhá foi eleito Presidente da República, pôs-se um ponto final ao processo de transição, começando um consulado que possibilitou certa estabilidade política e governativa, e que gerou o renascer de confiança e otimismo no âmbito interno e internacional. Contudo, volvido menos de um ano, apareceu uma nova peripécia que fez recuar uma vez mais a Guiné-Bissau ao ponto de partida (LGDH, 2013).

É importante notar que, no dia 12 de abril de 2012, as Forças Armadas invadiram a televisão e a rádio nacional, a sede do PAIGC e atacaram com morteiros e granadas a casa do Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior. O Presidente da República interino, Raimundo Pereira foi preso na sua casa por militares, assim como o Primeiro-ministro. Não obstante a gravidade dos ataques não foi registrado nenhum derramamento de sangue (Sousa, 2013). Dito de outra maneira, na história dos golpes que já aconteceram no país, o golpe de 12 de abril foi aquele em que não se registrou nenhuma morte.

⁶ “É considerado por muitos guineenses como sendo o início do mal maior da Guiné-Bissau, [...]É de notar que é no advento da democracia que se chegou ao fim do período da dominação do 14 de novembro. Mas como as convulsões nunca cessaram no país, eis que em 1998, a 7 de junho, a Guiné-Bissau entra num novo ciclo de violência” (Jarju, 2019, p. 47).

Segundo o relatório da LGDH 2013/2015, a realização das eleições gerais de 2014 que assinalou o fim da transição política, não surtiu os resultados esperados, na medida em que as novas autoridades políticas provenientes das referidas eleições e pertencentes às mesmas cores políticas, não conseguiram mudar efetivamente o curso de história, assinalado por instabilidade crônica, os sinais contrários foram evidenciados logo após à saída de eleições. O fato de o PAIGC, partido vencedor com maioria absoluta, ter integrado no primeiro Governo da IX^a Legislatura, três dos quatro partidos de oposição com representação parlamentar, impulsionou a aprovação por unanimidade do programa do Governo e do Orçamento Geral de Estado (OGE). Entretanto, as disputas políticas dentro do partido libertador (PAIGC), à mistura com as dificuldades de compreensão por parte dos órgãos de soberania das suas competências constitucionais, fizeram mergulhar a Guiné-Bissau, novamente, numa crise política evitável e gratuita (LGDH, 2016).

Nos últimos anos, os direitos humanos na Guiné-Bissau têm sido frequentemente violados pelo regime vigente. Além disso, verifica-se constantemente a violação da Constituição e das demais leis que regulam o funcionamento normal do país. Segundo o relatório da LGDH 2013/2015, a crise da IX^a Legislatura,

14

mina deste modo e mais uma vez, a esperança renovada do povo que de forma cívica e exemplar contribuiu para que o processo de transição política conhecesse um fim pacífico e promissor. Os efeitos da crise político-institucional foram tão devastadores, ao ponto de desvirtuar por completo a credibilidade externa que o país vinha conquistando gradualmente perante os seus principais parceiros. Por conseguinte, os resultados da Conferência dos Doadores realizada em Março de 2015, em Bruxelas, sob efeito do Programa Estratégico Operacional do Governo eleito nas últimas eleições legislativas, Terra Raka, ficaram comprometidos pela ausência de estabilidade, tida como condição sine qua non para o desbloqueamento dos fundos prometidos (LGDH, 2016).

A crise da IX^a Legislatura se iniciou quando o presidente da República, José Mário Vaz (apoiado nas eleições pelo PAIGC), derrubou o governo deste mesmo partido, liderado pelo engenheiro Domingos Simões Pereira, invocando corrupção e nepotismo. O caso foi levado ao tribunal, e esta instituição, por sua vez, entendeu que não havia elementos suficientes para provar a denúncia do presidente da República e, assim, o caso acabou sendo arquivado. Esse fato demonstra de forma clara a maneira como alguns atores políticos não estão comprometidos com o desenvolvimento do país, criando motivos injustificáveis para fazer valer suas vontades em detrimento da expressão popular nas urnas.

Ao longo dos anos, foi possível perceber que algumas das instabilidades políticas que resultaram nas quedas dos governos têm suas origens nas sabotagens e nos interesses de certos grupos de pessoas. A prova disso é o imbróglio da última legislatura, ou melhor, da XI^a legislatura, na qual se pode notar a dinâmica de oposição (Movimento para Alternância Democrática – MADEM – G-15) dentro do hemiciclo, criando motivos injustificáveis e apelando ao presidente da República para dissolver o parlamento e, consequentemente, derrubar o governo, a fim de que seus membros possam voltar ao poder por meio de um governo da iniciativa presidencial, o que não consta na Constituição da República da Guiné-Bissau. Foi exatamente assim que se deu a nova crise instalada no país até o momento.

4 Considerações finais

A pesquisa desenvolvida neste artigo permite compreender que as crises políticas e os golpes de Estado na Guiné-Bissau têm comprometido a consolidação da democracia e o desenvolvimento do país. Constatou-se que essas instabilidades políticas institucionais cíclicas têm gerado consequências negativas tanto no âmbito interno quanto no cenário internacional, revelando a fragilidade das instituições guineenses.

A inobservância das normas democráticas e a falta de uma cultura política de certos líderes políticos guineenses são fatores principais que dificultam a consolidação da democracia no país. Nesse sentido, aponta-se como um dos caminhos viáveis para a saída das sucessivas crises políticas e governativas neste país, o estabelecimento de um ambiente do diálogo entre os líderes políticos, buscando, encontrar possíveis soluções face a esses entraves no processo de governação, criando, assim, um cenário político mais estável e democrático, e um clima de paz e estabilidade duradouro. Caso contrário, o país continuará a enfrentar sérios problemas no processo de consolidação da democracia.

É urgente diligenciar esta iniciativa do diálogo inclusivo entre os partidos políticos para evitar a possível consolidação do não-Estado neste país. Ainda é necessário restaurar a ordem constitucional, afastar os militares da arena política e despolitizar as instâncias judiciais do país para que elas possam atuar de forma responsável e independente, quer dizer, as instâncias judiciais devem funcionar de maneira rigorosa, fazendo valer a Constituição da República e as demais leis do país.

Ao longo da história política e governativa da Guiné-Bissau, houve várias ocasiões em que se verificou o incumprimento da Constituição e das demais leis do país por parte dos líderes políticos e dos sucessivos presidentes da República. As rupturas constitucionais e as instabilidades políticas e governativas estão atreladas aos modus operandi de certos políticos, que se prendem aos cargos de ministros e secretários de Estado. Outro motivo é o alto nível de corrupção instalada no país ao longo de muitos anos (as pessoas se tornam ricas em um curto período de tempo), algo que tem gerado grande preocupação tanto a nível interno, como no âmbito internacional. É fundamental que a sociedade guineense, por meio de seus representantes, atue para estabelecer mecanismos cabíveis que garantam a resolução efetiva dos conflitos políticos. Isso implica uma iniciativa do diálogo comum entre todas as entidades nacionais.

Por isso, recomenda-se que os partidos políticos, a sociedade civil e a LGDH assumam suas responsabilidades diante da instabilidade política e governativa que o país enfrenta. Esses atores devem agir em sintonia para garantir o cumprimento das normas constitucionais e das regras democráticas. Caso contrário, o país poderá enfrentar sérios problemas a curto e médio prazo.

15

Referências

ANÓS TÉ, Paulo. *Novos partidos políticos na Guiné-Bissau: uma análise dos seus impactos na institucionalização do sistema partidário (1991-2019)*. 2023. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

ANÓS TÉ, Paulo; CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 4, n. 4, p. 214-239, abr. 2020.

ARAÚJO, Helmer. *Guiné-Bissau*. Brasília: Thesaurus; Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3sdXuJj>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, p. 11-31, 2001.

BANCO MUNDIAL. *Guiné-Bissau Aspectos Gerais*. Guiné-Bissau, 2024. Disponível em: <<https://shre.ink/Uc3K>>. Acesso em: 16 out. 2024.

BARROS, Miguel de. A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011). *Africana Studia*, n. 18, p. 71-82, 2012.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau. *Cadernos de Campo*, n. 23, p. 217-243, jul.-dez. 2017.

CÁ, Luizinho Jorge. *Instabilidade governativa na Guiné-Bissau: o caso da crise política e institucional da nona legislatura*. 2023. Artigo (Licenciatura em Sociologia) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. 2013. 286f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Guiné Portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense. *A Cor das Letras (UEFS)*, v. 12, p. 223-238, 2011.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. *Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re)inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020)*. 2022. 115f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

CORREIA, Nelsio Gomes. A transição do monopartidarismo para a democracia na África: o caso da Guiné-Bissau. *Almanaque de Ciência Política*, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2023.

CRUZ, Jorge Manuel M. A. Lopes da. *O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau: uma avaliação política e ética*. 2007. 91f. Dissertação (Mestrado em Estudos africanos) – Instituto Superior de Lisboa (ISCTE), Lisboa, 2007.

FREITAS, Jeane Silva de; SILVA, Fernanda Queiroga da. O papel da UNODC no combate ao tráfico de drogas na Guiné-Bissau: interpretações neo-institucionalistas. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 5, n. 2, p. 130-142, 2014.

GUINÉ-BISSAU. *Constituição da República da Guiné-Bissau de 1996*. 1996. Bissau: Presidência da República. Disponível em: <<https://abrelink.me/hVFoq>>. Acesso em: 3 abr. 2025.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *A Terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

JARJU, Abdou. *A instabilidade crónica da Guiné-Bissau*. do golpe de estado de 1980 – 2018. 2019. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança Defesa) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019.

LGDH (LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS). *Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010/2012*. Guiné-Bissau. 2013. Disponível em: <https://inee.org/sites/default/files/resources/relatorioLGDH-Completo_15Jan.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2024.

LGDH (LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS). *Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2013/2015*. 2016. Disponível em: <<http://www.lgdh.org/p/relatorios>>. Acesso em: 7 nov. 2024.

MBUNDE, Timóteo Saba. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. *Almanaque de Ciência Política*, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 397-420, ago. 2019.

PEREIRA, Domingos Simões. *Democracia liberal na África subsaariana estudo das dinâmicas inerentes ao caso da Guiné-Bissau* (da descolonização ao pós-abertura democrática). 2021. 320f. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2021.

PINTO, Bruno César. *Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012)*: os desafios da consolidação democrática. 2019. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

QUEIROZ, Thaís de Oliveira. *Trajetórias democráticas e estratégias de liberalização política*: a evolução da democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa no pós-guerra fria. 2017. 301f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2001.

RIZZI, Kamilla Raquel. A instabilidade contínua na Guiné-Bissau. *Meridiano* 47, n. 117, p. 23-26, abr. 2010.

SÁ, Vanilton Carlos; MARTINEZ, Luciano. A evolução das constituições e as instabilidades políticas na República da Guiné-Bissau. *Direito UNIFACS – Debate Virtual*, n. 8, p. 1-23, 2023.

SCHNEIDER, Carsten; SCHMITTER, Philippe. Liberalization, transition and consolidation: measuring the components of democratization. *Democratization*, v. 11, n. 5, p. 1-32, dez. 2004.

SEMEDO, Rui Jorge. Ativismo Político-social e crise institucional na Guiné-Bissau: caso do MCC, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo. *Caderno de Estudos Africanos*, v. 40, p. 13-36, 2020.

SIGA, Besna; LIMA, Jandir Ferreira. O Programa de Ajustamento Estrutural da Guiné Bissau. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 21, n. 41, p. 17-34, nov.-dez. 2022.

SILVA, Michel Goulart da. Golpe de Estado: história e usos de um conceito. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 4, n. 12, p. 131-139, 2020.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Justiça de transição e usos políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um golpe de Estado institucional? *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 3, p. 1284-312, 2018.

SOUZA, Miguel Girão de. Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n. 8, p. 85-115, 2013.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006*. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TEIXEIRA, Tamilton Gomes. *Análise histórica e social do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau e suas configurações (1980-2019)*. 2020. 54f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa. 2020.

UALI, Dauda. *Transição democrática na Guiné-Bissau. o papel da sociedade civil na construção do regime democrático à luz dos debates sobre a transição democrática*. 2024. 86f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

Artigo recebido em: 03/06/2025.

Aprovado em: 19/09/2025.

Jeilson Djassi (nayoncancamara@gmail.com) é Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Licenciado em Sociologia e Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

18

A inserção da Guiné-Bissau no modelo democrático: uma análise sobre as sucessivas crises políticas institucionais (1991-2023)

Resumo. O presente artigo tem como objetivo debater a inserção da Guiné-Bissau no modelo democrático, considerando o contexto de sua implementação, assim como as causas e as consequências das sucessivas crises políticas institucionais no processo de consolidação deste modelo, no período de 1991 a 2023. O país conquistou sua independência política em setembro de 1973, ato que foi reconhecido por Portugal em setembro de 1974. Após a independência, nomeadamente a partir dos anos 80 (quando ocorreu o primeiro golpe de Estado, o Movimento Reajustador, liderado pelo general João Bernardo Vieira, Nino, derrubou o regime de Luís Severino de Almeida Cabral), a Guiné-Bissau começou a enfrentar a instabilidade política e governativa. De 1980 a 1994, a Guiné-Bissau foi dirigida por um regime visivelmente opressor e repressivo. O país aderiu ao modelo democrático em 1991, e as primeiras eleições gerais (presidenciais e legislativas) ocorreram em 1994. Contudo, desde essas primeiras eleições até agora, nenhum governo democraticamente eleito chegou a concluir seu mandato. No entanto, conforme o debate desencadeado neste artigo, foi possível compreender que as cíclicas instabilidades políticas e governativas na Guiné-Bissau são um dos principais fatores para o agravamento da dificuldade da consolidação da democracia no país. Essas instabilidades têm sido causadas/provocadas pelos atores políticos, devido às suas ambições pessoais, e ao não cumprimento das regras democráticas e das demais leis que regem o funcionamento de um

Estado de direito e democrático. Percebe-se que, atualmente, há uma supressão dos direitos fundamentais, nomeadamente os direitos à manifestação e à liberdade de expressão. Além disso, ocorrem ondas de espancamentos e sequestros de cidadãos que reivindicam seus direitos. Para este debate, utilizou-se o método bibliográfico e documental, com o objetivo de identificar e analisar os desafios da consolidação da democracia na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Democracia; Eleições; Multipartidarismo; Instabilidade política

The integration of Guinea-Bissau into the democratic model: an analysis of successive institutional political crises (1991–2023)

Abstract. The present article aims to discuss Guinea-Bissau's integration into the democratic model, taking into account the context of its implementation, as well as the causes and consequences of successive institutional political crises in the process of consolidating this model between 1991 and 2023. The country achieved its political independence in September 1973, an act formally recognized by Portugal in September 1974. Following independence, particularly during the 1980s (when the first coup d'état took place – the *Movimento Reajustador*, led by General João Bernardo Vieira (Nino), which overthrew the regime of Luís Severino de Almeida Cabral), Guinea-Bissau began to experience political and governmental instability. From 1980 to 1994, the country was governed by a visibly oppressive and repressive regime. Guinea-Bissau adopted the democratic model in 1991, and the first general elections (both presidential and legislative) were held in 1994. However, since these first elections, no democratically elected government has succeeded in completing its full term. Nonetheless, as the debate developed in this article demonstrates, it becomes clear that the cyclical political and governmental instabilities in Guinea-Bissau constitute one of the main factors hindering the consolidation of democracy in the country. These instabilities have been caused or triggered by political actors, driven by personal ambitions and the failure to adhere to democratic norms and other legal frameworks that govern the functioning of a democratic state governed by the rule of law. Currently, there is a noticeable suppression of fundamental rights, particularly the rights to protest and to freedom of expression. Additionally, waves of assaults and kidnappings of citizens asserting their rights have been reported. For the purposes of this debate, a bibliographical and documentary research method was employed, with the objective of identifying and analyzing the challenges facing the consolidation of democracy in Guinea-Bissau.

Keywords: Guinea-Bissau; Democracy; Elections; Multipartyism; Political instability